

Entre a guerra do Iêmen e a guerra de sucessão

Dois anos após a sua assunção ao trono, o Rei Salman enfrenta muitos desafios. A intervenção no Iêmen se complica e a Arábia Saudita sofre revezes na Síria, no Iraque e no Líbano. E embora as reformas econômicas empreendidas estejam atraindo muitas críticas, as questões sobre sua sucessão permanecem sem resposta.

Se há um ponto de consenso entre os diplomatas estacionados em Riad, é que a liderança saudita analisa a situação regional através do prisma da “ameaça iraniana”. “Eles vêm a mão de Teerã por toda parte e levam ao pé da letra as declarações que podem ser lidas na imprensa iraniana, ostentando que o Irã já controla quatro capitais árabes: Bagdá, Sana’a, Beirute e Damasco”, explica uma delas sob condição de anonimato. Eles estão obcecados com o Irã”, acrescenta outro. Eles acabam esquecendo que é seu vizinho, que qualquer apreciação que tenham de sua política, esse país não vai desaparecer de repente. Todos vêm esta obsessão como a principal razão para a intervenção saudita no Iêmen.

“Não tínhamos escolha, era uma obrigação.” Esta declaração de um diplomata saudita é partilhada pela maioria dos responsáveis encontrados em Riade. O Iêmen”, continua, “é um problema interno para nós: precisamos de um regime amigável e estável nas nossas fronteiras. É uma questão de segurança nacional”. E lembrem-se que o Iêmen é tão populoso quanto a Arábia Saudita.

Uma operação “tempestade” que é qualquer coisa menos “decisiva”

Sucessor do rei Abdullah ben Abdulaziz Al-Saud, Salman tinha acabado de subir ao trono em 23 de janeiro de 2015 e,

renunciando a uma política externa prudente, mesmo conspiratória, queria mostrar que o reino estava disposto a defender seus interesses vitais. Ainda mais determinadamente, porque os Estados Unidos já não pareciam ser um aliado fiável, como demonstra a sua abordagem a Teerão sobre a questão nuclear ou a sua passividade na Síria. Portanto, em março de 2015, Riade, à frente de uma coalizão de uma dúzia de países, interveio militarmente [no Iêmen] com o objetivo de restabelecer em Sana'a o governo "legítimo" expulso pelos rebeldes huthi e seus aliados, acusados de serem manipulados por Teerã.

No entanto, a Operação Tempestade Decisiva foi tudo menos decisiva. Ele trouxe à luz os limites do poder militar (e político) saudita. Apesar da mobilização de dezenas de milhares de soldados na sua fronteira, a Arábia Saudita teve de evacuar uma faixa de território de 200 km de comprimento por 20 a 30 km de largura; 7 000 pessoas foram obrigadas a abandonar as suas aldeias por receio de incursões huthi e os huthi continuam a disparar contra cidades do Sul do país, como os mísseis Jizan, que são certamente ineficazes mas criam uma insegurança permanente, conduzindo por vezes ao encerramento de escolas ou instituições estatais.

Se as autoridades não reconhecem mais de cinquenta soldados mortos, na realidade seriam mais de 800, a maioria deles "camuflados" sob a rubrica de "acidentes". Finalmente, os "excessos" muito sérios da aviação saudita – como o bombardeio no coração de Sana'a de uma cerimônia fúnebre em 9 de outubro de 2016, com 140 mortos – provocaram uma forte emoção internacional e levaram os Estados Unidos a suspender a entrega de 16.000 munições de precisão à Arábia Saudita pela sociedade Raytheon. Depois de negar a sua utilização durante meses, a 19 de Dezembro Riade anunciou oficialmente a sua renúncia à utilização de bombas de fragmentação britânicas.

A euforia nacionalista que tinha unido uma parte significativa da população saudita dissipou-se ao envolver-se numa guerra

sem fim, com numerosas vítimas civis. “Estamos destruindo um país muito pobre”, lamenta um jovem estudante universitário, “e isso nos afeta, apesar de não termos simpatia pelo Irã”. E acrescenta: “Começamos também a estabelecer uma relação entre as políticas de austeridade que nos são impostas e o custo desta guerra”. Isto é estimado de acordo com fontes em 2,3 ou mesmo 7 bilhões de dólares por mês, quando o colapso dos preços do petróleo seca os recursos estatais.

Tentando matizar esta avaliação, um funcionário saudita explica: “Apreendemos 80% dos mísseis controlados pelos Huthi e impedimos que o sul do Iêmen e todo o país caíssem em suas mãos. É uma triste consolação, muito longe dos objectivos que estabelecemos. Em particular, a reconquista de Sana’a. Então o Riad está a tentar livrar-se deste pântano. Mas, como sempre, sair da guerra é mais fácil do que entrar nela. A Arábia tem de ter em conta não só os seus inimigos – no final de Novembro, a imprensa saudita sublinhou as declarações do Chefe do Estado-Maior iraniano, evocando a criação de bases navais na Síria e no Iêmen -, mas também os seus aliados, que frequentemente desenvolvem a sua própria estratégia.

Assim, os Emirados Árabes Unidos, muito ativos no Iêmen com centenas de soldados no terreno, desconfiam do Al-Islah, o ramo iemenita da Irmandade Muçulmana, mas aliado do “legítimo” presidente Abd Rabbo Mansour Hadi apoiado pelos sauditas. E este recusa-se a ser sacrificado no quadro de um acordo negociado com a mediação do secretário de Estado americano John Kerry e no qual Riad parece pôr todas as suas esperanças de sair do que os seus adversários chamam, de forma muito exagerada, um “Vietnã saudita”.

Instabilidade e divisões regionais

Para o novo rei Salman, a intervenção no Iêmen foi apenas a primeira etapa do regresso do seu país à cena regional. Pela primeira vez desde 1973 e o embargo imposto às exportações de petróleo durante a guerra árabe-israelense de outubro de 1973,

saiu da tutela americana. Tentou impedir a normalização entre o Irã e o resto do mundo. A execução por Riad do líder xiita saudita Nimr Baqer Al-Nimr em 2 de janeiro de 2016, seguida do ataque de retaliação à embaixada saudita em Teerã, levou à ruptura das relações diplomáticas com o Irã. Vários países do Golfo seguiram a Arábia. A partir de agora”, explica um diplomata ocidental, “a máquina está bem oleada: cada incidente entre o reino e o Irã leva a uma condenação de Teerã pelo Conselho de Cooperação do Golfo (CCG), depois pela Liga Árabe e finalmente pela Organização para a Cooperação Islâmica (OIC). Mas bastaria olhar para a situação regional para medir os limites desta ofensiva saudita.

Na Síria, a conquista de Aleppo em dezembro de 2016 pelo exército sírio com a ajuda da aviação russa, de conselheiros iranianos e de milícias libanesas e xiitas iraquianas reforça o poder de Bachar Al-Assad que Riad está tentando derrubar. No Iraque, as tentativas de estabelecer laços com o governo formado em agosto de 2014 por Haidar Al-Abadi fracassaram. O novo embaixador saudita Thamer Al-Sabhan, nomeado em dezembro de 2015 após uma ruptura que remonta à Guerra do Golfo (1990-1991), multiplicou as denúncias sobre o papel das milícias xiitas (hashd chaabi) no Iraque, culpadas de agravar as tensões com os sunitas, o que levou Bagdá a exigir a partida do embaixador em 28 de agosto de 2016. “Mas, um diplomata saudita é tranquilizado, as relações com o Iraque permanecem, embora queiramos que o governo seja mais inclusivo. O estado islâmico nasceu da política de não inclusão, do ostracismo em relação aos sunitas. A partida de Nouri Al-Maliki – o antigo primeiro-ministro que conduzia uma política confessional favorável aos xiitas – era necessária, ainda que a sua influência se mantenha”.

No Líbano, depois de congelar a doação de 3 bilhões de dólares para a compra de armas (francesas) para punir Beirute por não ter assinado uma declaração da Liga Árabe denunciando o Hezbollah como uma organização “terrorista”, depois de ter

cortado o abastecimento alimentar de seu aliado Saad Hariri, que deve ser considerado um investimento não muito lucrativo para Riade, os sauditas retiraram-se de cena. Quando o general Michel Aoun, aliado do Hezbollah, foi eleito presidente em 31 de outubro de 2016, o ministro iraniano dos Negócios Estrangeiros, Mohammad Javad Zarif, e o enviado especial de Bachar Al-Assad, Mansur Azzam, visitaram Beirute sucessivamente para o felicitar, enquanto o embaixador saudita já estava fora de Beirute há dois meses. Foi só em 21 de Novembro que o príncipe Khaled Al-Faisal Al-Saud, governador de Meca, se encontrou finalmente com o Presidente Aoun.

Tensões persistentes com o Egito

No frontispício do Ministério dos Negócios Estrangeiros saudita pode-se ler este versículo do Corão: “Humanos! Nós vos criamos de um homem e de uma mulher, e vos fizemos povos e tribos, para que aprendêsseis a conhecer-vos uns aos outros”.

Uma exortação de que os diplomatas sauditas têm grande dificuldade em traduzir em realidade, mesmo com países sunitas. É preciso dizer, em sua defesa, que a situação regional nunca foi tão instável, fruto da retirada dos Estados Unidos, do poder dos grupos armados não estatais e das alianças flutuantes em que o inimigo de ontem se torna hoje aliado. À beira da confrontação, há três anos, o Catar e a Arábia Saudita aproximaram-se; ao mesmo tempo, as relações entre Riad e o Cairo não cessaram de se deteriorar nos últimos meses. Os Emirados Árabes Unidos fracassaram nas suas tentativas de mediação entre os dois países. A visita à Etiópia, em Dezembro, de um conselheiro do rei Salman – seguida da visita do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Qatar – ao reservatório do Renascimento, no Alto Nilo, pode ser considerada como uma mensagem: de fato, o Egito considera que esta construção significa um ataque ao seu abastecimento de água. E para coroar tudo isto, o CCG condenou as declarações egípcias acusando o Qatar de cumplicidade no ataque à igreja copta no Cairo, em 11 de dezembro de 2016.

Como lamenta o comentarista saudita Khalid Al-Dakhil, “esta crise ocorre após três anos de reuniões, visitas e ajuda. Por conseguinte, isto significa que não houve um verdadeiro acordo sobre as questões regionais. No entanto, uma ameaça a um dos dois países é uma ameaça ao outro. O colapso do Egito seria uma ameaça maior para a Arábia Saudita e reciprocamente”.

A tentativa de criar uma grande coalizão de países muçulmanos sunitas contra o terrorismo, anunciada em 15 de dezembro de 2015 com pressa – alguns países não foram sequer avisados – não foi além dos efeitos da mídia. Até mesmo o projeto de transformar o CCG em uma união mais forte e eficaz enfrenta não apenas a rejeição fechada de Omã, mas também a reticência de outros membros que temem a hegemonia saudita. Deste ponto de vista, a cimeira do CCG realizada em Dezembro no Barém, na presença do Rei Salman, não produziu quaisquer resultados concretos. E se é ainda demasiado cedo para avaliar o significado da adesão de Omã à coligação antiterrorista no final de Dezembro passado, isso não parece marcar uma mudança radical na política externa do sultanato.

Face a Teerã, o rei Salman só pode gabar-se de um grande sucesso: a sua aproximação a Ancara, iniciada em 2015 e testemunhada pela visita do Presidente Recep Tayyip Erdogan à Arábia Saudita no final de dezembro de 2015. A Turquia é um aliado poderoso, com capacidades económicas significativas e um exército que pode influenciar as correlações das forças face ao Irã. No entanto, nos últimos meses, aproximou-se da Rússia, com a qual estava prestes a entrar em guerra em 2015!

Divisões na família real

Este equilíbrio, pelo menos com luzes e sombras, reacendeu o debate no seio da família real, como o demonstra um estranho incidente que deu muito que falar em Riade. Em 2 de junho de 2016, o diário saudita Al-Watan publicou no seu website declarações atribuídas ao príncipe herdeiro e ministro do Interior, Mohamed Ben Nayef (conhecido pelas suas iniciais

MBN) à margem de uma reunião dos países do Golfo em Jeddah. Foram retirados algumas horas mais tarde, a pretexto de que o sítio tinha sido pirateado e que o jornal nunca tinha publicado tais declarações! Claro que ninguém acreditou nestes desmentidos.

O que dizia o Príncipe MBN? Embora tenhamos respondido ao apelo do poder legítimo no Iêmen, ele explicou em substância, a Operação Tempestade Decisiva “foi prolongada e escapou de nossos cálculos, particularmente devido à recusa dos países membros da coalizão em realizar suas tarefas”, visando indiretamente o Egito por não enviar tropas no terreno. Na Síria”, continuou, “queríamos derrubar o regime com a ajuda da Turquia e dos Estados Unidos. E concluiu: “Temos de rever as nossas políticas e os nossos cálculos” e, sobre estas duas questões, “fazer concessões reais e dolorosas”, se não queremos que o mundo árabe se afunde num conflito sem fim.

Num país onde as detenções de “suspeitos de terrorismo” são comuns – a 30 de Outubro foi anunciado o desmantelamento de células terroristas que preparam ataques a funcionários e estádios de futebol – e onde são oferecidas recompensas pela denúncia de “terroristas”, o Príncipe Herdeiro e Ministro do Interior estão principalmente preocupados com a luta contra grupos transnacionais, como a Al-Qaeda ou a Organização Estatal Islâmica (IE). São favoráveis a uma resolução política dos conflitos regionais, por receio de que a sua extensão favoreça esses grupos.

Mas o debate sobre a estratégia também esconde uma luta pelo poder. A chegada do rei Salman ao trono resultou numa brilhante ascensão do seu filho, então por volta dos 30 anos, Mohamed Binn Salman (MBS), primeiro nomeado ministro da Defesa e depois promovido a vice-príncipe herdeiro, ou seja, o número 3 na linha de sucessão. “A ambição de Salman, ironicamente apontada por um oficial egípcio no Cairo, é criar uma Arábia Salmaniana para substituir a Arábia Saudita” e assim se livrar do Príncipe Herdeiro. Ele tem sido marginalizado, e o MBS tem

sido o encarregado da guerra do Iêmen e de grandes reformas econômicas. O MBS é o principal promotor de um ambicioso plano de desenvolvimento chamado “Visão 2030”, lançado em abril de 2016 e que deve reformar a economia de acordo com preceitos que Margaret Thatcher não teria negado.

No entanto, este plano adotado para fazer frente à queda das receitas do petróleo levou a aumentos significativos dos preços – nomeadamente da água e da eletricidade – e a uma redução do poder de compra das classes médias (devido à redução sem precedentes dos salários e bônus dos funcionários públicos, sendo os primeiros afetados os estudantes universitários e os militares, que perderam até 50% dos seus rendimentos). Em 2016, a economia viveu a sua primeira recessão desde 2009 e o déficit orçamental ultrapassou os 85 mil milhões de dólares. Deverá ser reduzido para 53 mil milhões em 2017, de acordo com o novo orçamento. A centralização do poder nas mãos do rei e de seu filho também torna o processo decisório mais opaco, mais incerto e afeta negativamente os empresários, já desestabilizados pelos atrasos nos pagamentos do Estado. Para não falar da instabilidade governamental marcada pela fusão de várias administrações e uma mudança contínua de ministros (quatro ministros da educação em dois anos).

“MBN, o Príncipe Herdeiro”, explica um diplomata europeu, “teve a inteligência de se distanciar tanto da guerra no Iêmen como das reformas econômicas, cujos resultados já deviam ter sido feitos há muito tempo”. Ele está começando a colher os frutos de sua paciência e voltou à cena política e midiática. Tanto mais que ele tornou pública sua reticência a essa política através das densas redes de informação que irrigam a sociedade saudita, uma mistura de relações familiares e tribais, mas também do uso intensivo do Twitter – o reino tem uma taxa de penetração de 35% a 40%, uma das mais altas do mundo – e WhatsApp (a mais segura), com mais de 90% da população acessando a Internet via celular/1.

Por enquanto, o rei, apesar da sua idade avançada (mais de 80 anos), detém solidamente as rédeas do poder. Mas ele tem meios para impor o seu filho como seu sucessor? Muito dependerá das consequências da reforma econômica, do desenvolvimento regional, mas também da nova administração que se erguerá nos Estados Unidos em 21 de Janeiro. Com uma mistura de medo e esperança, todos em Riad estão à espera que Donald Trump tome posse. Ninguém nos círculos do poder vai perder o Presidente Barack Obama, acusado de ter abandonado Hosni Mubarak ao seu destino, de ter cedido demasiado aos iranianos e de ter fracassado na Síria. E esquecendo as suas declarações islamofóbicas e a sua inclinação para Israel, espera-se que Trump – com os homens que nomeou para liderar a política dos EUA – se coloque resolutamente no campo hostil à República Islâmica, o espectro que assombra a monarquia saudita.

Original: [Orient XXI](#)